

Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022
com relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A. Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas

demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Veja as notas 2.3 e 17 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia reconhece suas receitas quando a obrigação de desempenho é satisfeita e possui evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. Considerando o volume de transações envolvidas, focamos nossos trabalhos no reconhecimento de receita, pois são realizadas vendas de valores significativos e, em decorrência da logística de entrega dos clientes pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas das mercadorias e o período efetivo da transferência do controle das mercadorias vendidas aos clientes da Companhia.

O eventual reconhecimento de receita fora de seu período correto de competência, decorrente de mercadorias em que a Companhia tem a obrigação de entrega, mas não o foram até 31 de dezembro de 2023, foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida antes da transferência dos riscos e benefícios para a contraparte e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nesse contexto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos fluxos e processos de vendas, em especial aqueles relacionados com a determinação do momento em que a Companhia transfere o controle das mercadorias vendidas para a contraparte, notadamente no período de corte;
- Em base amostral, realizamos a inspeção dos respectivos pedidos, notas fiscais, recebimento financeiro subsequente, bem como avaliamos o período de corte da receita e comprovantes de entrega das mercadorias vendidas.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos que o reconhecimento da receita da Companhia é aceitável no contexto das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7



Luis Claudio de Oliveira Guerreiro

Contador CRC-RJ 093679/O-1

Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	92.147	23.355
Contas a receber	6	282.269	226.464
Estoques	7	536.618	693.665
Adiantamentos a fornecedores		44.627	87.160
Impostos a recuperar	8	9.403	30.993
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	1.487	97.419
Despesas antecipadas		20.384	10.928
Partes relacionadas	20	73	2.453
Outras contas a receber		7.407	18.048
		<u>994.415</u>	<u>1.190.485</u>
Não circulante			
Impostos a recuperar	8	-	127
Depósitos judiciais	15	16.884	44.227
Outros ativos não circulantes		2.503	2.119
		<u>19.387</u>	<u>46.473</u>
Imobilizado	10	85.045	80.071
Intangível	11	17.405	9.820
Arrendamentos - direitos de uso	12	76.838	97.959
		<u>198.675</u>	<u>234.323</u>
Total do ativo		<u><u>1.193.090</u></u>	<u><u>1.424.808</u></u>

Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	13	480.395	440.797
Financiamentos e empréstimos	14	214.047	367.956
Instrumentos financeiros derivativos	4	197	6.849
Impostos e contribuições	8	21.349	4.659
Salários e encargos		22.828	21.244
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	13.244	-
Adiantamentos de clientes		6.842	6.295
Passivo de arrendamento	12	19.517	20.151
Outros passivos circulantes		5.535	15.520
		<u>783.954</u>	<u>883.471</u>
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	14	202.042	231.954
Passivo de arrendamento	12	67.808	85.344
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	3.691	4.204
Impostos e contribuições	8	1.606	540
Provisão para litígios	15	1.368	1.661
		<u>276.515</u>	<u>323.703</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16	150.000	35.179
Reservas de lucros	16	-	180.812
Prejuízos acumulados		(17.379)	-
Dividendos adicionais propostos		-	1.643
		<u>-</u>	<u>1.643</u>
Total do patrimônio líquido		<u>132.621</u>	<u>217.634</u>
Total do passivo		<u>1.193.090</u>	<u>1.424.808</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de vendas	17	2.121.651	2.066.586
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	18	<u>(1.609.353)</u>	<u>(1.562.828)</u>
Lucro bruto		512.298	503.758
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	18	(216.621)	(190.128)
Despesas administrativas	18	(159.176)	(163.260)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	(11.078)	(2.923)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	19	<u>(41.846)</u>	<u>(13.456)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>83.577</u>	<u>133.991</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	20	(209.965)	(212.049)
Receitas financeiras	20	<u>81.285</u>	<u>101.053</u>
		<u>(128.680)</u>	<u>(110.996)</u>
(Prejuízo)/ Lucro antes dos impostos sobre o lucro		<u>(45.103)</u>	<u>22.995</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	-	88.544
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	<u>513</u>	<u>(20.943)</u>
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício		<u>(44.590)</u>	<u>90.596</u>
Resultado por ação		(0,30)	2,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(44.590)	90.596
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(44.590)</u>	<u>90.596</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros					Dividendos adicionais propostos	(Prejuízo) Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais				
Saldos em 01 de janeiro de 2022		35.179	-	-	121.925	-	-	157.104	
Transferência entre reservas	16.b			120.632	(120.632)			-	
Lucro líquido do exercício		-		-	-		90.596	90.596	
Destinações propostas:									
Reserva legal	16.b		4.530				(4.530)	-	
Reserva de incentivo fiscal	16.b	-	-	-	1.277		(1.277)	-	
Reserva de lucros		-	-	53.080	-		(53.080)	-	
Juros sobre capital próprio	16.c						(2.400)	(2.400)	
Dividendos mínimos obrigatórios	16.c						(19.117)	(19.117)	
Dividendos intercalares distribuídos	16.c	-	-	-	-		(8.549)	(8.549)	
Dividendos adicionais propostos	16.c	-	-	-	-	1.643	(1.643)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		35.179	4.530	173.712	2.570	1.643	-	217.634	
Aumento de capital	16.c	114.821	-	(114.821)	-	-	-	-	
Dividendos distribuídos	16.d	-	-	(38.781)	-	(1.643)	-	(40.424)	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(44.590)	(44.590)	
Absorção do prejuízo		-	(4.530)	(20.110)	(2.570)	-	27.210	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>150.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.380)</u>	<u>132.620</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos impostos sobre o lucro	(45.103)	22.995
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12.535	10.014
Depreciação arrendamentos - direitos de uso	23.503	21.767
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(293)	(32.793)
Ajuste a valor presente em contas a receber	(1.464)	(1.415)
Ajuste a valor presente em fornecedores	2.155	(2.986)
Recuperação de créditos tributários	-	(1.949)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11.078	(805)
Provisão para perdas em estoques	(1.221)	1.143
Baixa de ativo imobilizado	2.330	3.017
Despesa de juros sobre arrendamentos	12.357	10.406
Despesa de juros - empréstimos e risco sacado	74.416	47.811
Instrumentos financeiros – <i>swap</i>	10.391	18.192
Variação cambial líquida provisionada	(6.221)	(4.535)
Contratos de arrendamento encerrados	(189)	-
Variação nos ativos:		
Contas a receber	(64.872)	(21.078)
Depósitos judiciais	27.343	(16.654)
Adiantamentos a fornecedores	42.533	12.157
Despesas antecipadas	(9.456)	(6.865)
Impostos a recuperar	117.649	44.149
Estoques	158.268	(66.886)
Partes relacionadas	2.380	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	10.254	(3.836)
Variação nos passivos:		
Fornecedores	37.443	13.198
Salários e encargos	1.584	1.474
Impostos a recolher	17.756	(15.295)
Contas a pagar	(9.985)	5.944
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa e equivalente de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	<u>425.171</u>	<u>37.170</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Em imobilizado	(17.246)	(18.344)
Em intangível	<u>(10.178)</u>	<u>(7.521)</u>
Caixa e equivalente de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	<u>(27.424)</u>	<u>(25.865)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(27.180)	(31.882)
Captação de empréstimos	561.543	292.084
Instrumentos financeiros pagos – <i>swap</i>	(17.043)	(7.854)
Pagamentos arrendamentos – direitos de uso	(32.716)	(28.981)
Pagamento de empréstimos	<u>(813.559)</u>	<u>(233.807)</u>
Caixa e equivalente de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	<u>(328.955)</u>	<u>(10.440)</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa	<u>68.792</u>	<u>865</u>

Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício	23.355	22.490
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício	<u>92.147</u>	<u>23.355</u>
Aumento de caixa e equivalente de caixa	<u>68.792</u>	<u>865</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S.A. (“Companhia”), possui sua matriz localizada na Rua Voluntários da Pátria, número 3303, Bairro São Geraldo, Porto Alegre, e possui um escritório corporativo localizado na Avenida Soledade, 10º andar do Ed. Carlos Gomes Center, número 550, Bairro Petrópolis, Porto Alegre. Iniciou suas operações em maio de 1997, com a atividade de comércio atacadista especializado em refrigeração doméstica, comercial e industrial buscando oferecer soluções completas em refrigeração e ar condicionado. Atualmente são 26 lojas físicas, 4 centros de distribuição, vendas online e atendimento em todo o Brasil.

2 Políticas contábeis materiais

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 27 de março de 2024.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a entidade espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos e venda de mercadorias

A receita de venda de produtos, que são os que passam por processo de montagem/industrialização, assim como as vendas de mercadorias, que são os produtos acabados adquiridos de fornecedores, são reconhecidos no resultado, quando o controle dos mesmos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. Além do e-commerce, a Companhia conta com pontos de vendas e a receita é reconhecida no resultado quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de débito, a prazo, com cartões de terceiros, e por financiamentos cedidos pela parte relacionada Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A..

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (1) Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- (2) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- (3) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros ao custo amortizado com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, classificados a valor justo por meio do resultado (VJR).

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os principais passivos financeiros são: fornecedores, financiamentos e empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, adiantamento de clientes e outros passivos circulantes. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a custo amortizado, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como valor justo por meio de resultado.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.,

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção “Hedge”, esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção “hedge accounting”.

2.6 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O método de avaliação dos estoques é o custo médio de aquisição.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “outras receitas/despesas” na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil
Edificações	25 anos
Imóveis	25 anos
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Ferramentas	10 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos

2.9 Intangível

a. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em cinco anos.

2.10 Provisão para litígios

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente no final do período.

2.11 Impostos

a. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas médias:

	Alíquotas Praticadas
IPI - Imposto sobre produto industrializado	0,00% a 35,00%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	4,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISS - Impostos sobre serviços	2,00% a 5,00%
ICMS ST	0,20% a 0,30%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

b. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

2.12 Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, férias, 13º salário, INSS e FGTS), plano de saúde e assistência médica e social. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base na taxa de juros média praticada pela Companhia nas suas operações de compra e venda a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber, quando aplicável, se dá em contrapartida da receita bruta no resultado, a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira, e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras, quando aplicável, é registrado nas contas de fornecedores, estoque e custos, a sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

2.14 Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

2.15 Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Empresa e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas Notas 16, o Grupo tem um

empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. O Grupo está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas Notas 15, o Grupo participa de um acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas. O Grupo está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

2.17 Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

3 Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14: Operações de risco sacado: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa;

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

4 Gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou qualquer ativo de risco. Os resultados obtidos com operações desta natureza são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos da Companhia são descritas a seguir:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas e aprovadas pela Administração. Para contas a receber por vendas a Companhia possui ainda provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

b. Risco de preço das mercadorias vendidas

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado das mercadorias comercializadas pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

d. Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos

excedentes são investidos apenas em instituições financeiras consideradas de primeira linha autorizadas e aprovadas pela administração objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

e. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023 com base nos valores contábeis:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Menos de		1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	3 meses	3 a 12 meses			
Empréstimos	144.165	222.891	231.954	-	599.010
Fornecedores	306.253	134.536	8	-	440.797

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Menos de		1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	3 meses	3 a 12 meses			
Empréstimos	116.465	97.582	202.042	-	416.089
Fornecedores	473.496	6.899	-	-	480.395

f. Taxas de câmbio

A Companhia, em relação aos empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13), está exposta às variações do Real (moeda corrente e de apresentação - BRL) em relação ao Dólar.

g. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

h. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com derivativos objetivando reduzir os riscos de suas operações de empréstimos em moeda estrangeira através da contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco. A atuação da Companhia com derivativos dessa natureza está resumida à utilização de operações no mercado de balcão, como forma de reduzir a exposição ao risco cambial, não sendo utilizadas para fins especulativos. O resultado financeiro obtido nesse tipo de transação é reconhecido contabilmente no ativo e passivo em conta específica e em contrapartida a rubrica de “Receita ou despesa financeira” no resultado do exercício (nota explicativa nº 20).

4.1 Classificação dos instrumentos financeiros

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>		<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>	
	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		92.147		23.355
Contas a receber		282.269	-	226.464
Adiantamento a fornecedores		44.627		87.160
Partes relacionadas		73	-	2.453
Outras contas a receber		7.407		18.048
		<u>426.523</u>		<u>357.480</u>
Total		426.523	-	357.480
Passivos financeiros				
Fornecedores		480.395	-	440.797
Adiantamento de clientes		6.842		6.295
Outros passivos circulantes		5.535		15.520
Empréstimos		416.089	-	599.910
Passivos de arrendamento		87.325		105.495
Instrumentos financeiros derivativos	197		6.849	-
	<u>197</u>	<u>996.186</u>	<u>6.849</u>	<u>1.168.017</u>
Total	197	996.186	6.849	1.168.017

4.2 Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros:

		<u>Projeção</u>			
	2023	Risco	Provável	25%	50%
Ativos financeiros	<u>87.407</u>		<u>97.590</u>	<u>95.046</u>	<u>92.503</u>
Aplicações financeiras - caixa e equivalente de caixa	87.407 CDI		97.590	95.046	92.503
Passivos financeiros	<u>416.089</u>		<u>415.107</u>	<u>425.038</u>	<u>435.000</u>
Financiamentos e empréstimos em dólar/Euro	63.927 Sofr		67.405	68.274	69.143
Financiamentos e empréstimos em reais	311.421 CDI		347.702	356.764	365.857
Financiamento operações com risco sacado (i)	40.741 n.a.		-	-	-
Exposição líquida No resultado			(29.576)	(42.051)	(54.556)
Índices utilizados					
CDI - aplicação financeira	Redução da taxa		11,85%	8,74%	5,83%
Sofr	Incremento da taxa		5,44%	6,80%	8,16%
CDI - financiamentos e empréstimos	Incremento da taxa		11,85%	14,56%	17,48%

- (i) As operações com risco sacado não sofrem influência da variação de índices de mercado pelo fato da taxa aplicada estar vinculada ao momento do fechamento da operação.

A taxa DI refere-se à relação entre a apuração oficial da CETIP (do dia 31 de janeiro de 2023) e a taxa SELIC atual aplicada sobre a projeção da taxa SELIC média para os próximos 12 meses.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de *swap* de parte de seus financiamentos em moeda estrangeira, a seguir é apresentada a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2023, o valor da exposição líquida vinculada a moeda estrangeira, apurado às seguintes taxas de câmbio: Dólar 4,84 , é representado por:

	2023	2022
Financiamentos e empréstimos em Euro - EUR	-	9.690
Financiamentos e empréstimos em Euro - BRL	-	53.974
Financiamentos e empréstimos em dólar - USD	13.208	12.484
Financiamentos e empréstimos em dólar - BRL	63.927	65.164
Exposição líquida BRL	63.927	119.138
	USD	4,84
	EUR	5,22
		5,57

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio. A análise de sensibilidade das taxas cambiais utilizou como cenário provável as cotações em 02 de fevereiro de 2024, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa cotação de 25% e 50%, respectivamente.

Para cada cenário foi calculado o resultado financeiro bruto não levando em consideração a incidência de tributos. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Operação	2023		25%	50%
Exposição líquida à moeda estrangeira				
Valorização do dólar		1.453	17.831	34.209
Desvalorização do dólar		-	(14.925)	(31.171)
USD – valorização	4,95	4,95	6,19	7,43
USD – desvalorização	4,84	-	3,71	2,48

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	4.740	2.606
Aplicação financeira	87.407	20.749
Total	92.147	23.355

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha, com rentabilidade no ano de 2023 65% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (mesmo percentual médio encontrado para o exercício findo em 2022).

6 Contas a receber

O contas a receber da Companhia é assim composta:

	2023	2022
Clientes	305.112	278.412
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(15.934)	(46.503)
Ajuste a valor presente	(6.909)	(5.445)
Total	<u>282.269</u>	<u>226.464</u>

Em 31 de dezembro, a análise do contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2023	2022
A vencer	277.855	223.590
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	10.230	3.684
De 31 a 60 dias	1.121	1.414
De 61 a 90 dias	339	1.823
De 91 a 120 dias	487	464
De 121 a 180 dias	1.244	567
Acima de 180 dias	13.836	46.870
Total	<u>305.112</u>	<u>278.412</u>

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é assim demonstrada:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(46.503)	(47.309)
Adições/reversões	(11.077)	(2.118)
Baixas efetivas	41.647	
Recuperações/realizações	-	2.924
Saldo no final do exercício	<u>(15.933)</u>	<u>(46.503)</u>

A movimentação do ajuste a valor presente segue abaixo:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(5.445)	(6.860)
Adições/reversões líquidas	(1.464)	1.415
Saldo no final do exercício	<u>(6.909)</u>	<u>(5.445)</u>

7 Estoques

A composição dos estoques da Companhia segue demonstrada abaixo:

	2023	2022
Mercadorias para revenda	311.577	536.581
Produtos acabados	124.980	115.813
Mercadoria em trânsito	66.634	34.444
Matéria-prima(i)	31.394	2.264
Embalagens	2.033	4.563
Total	536.618	693.665

- (i) O saldo de matéria-prima refere-se a peças de câmaras frias e painéis fotovoltaicos, montados no cliente.

Do saldo de estoques de mercadorias, a Companhia realiza ajuste para refletir a obsolescência de estoques, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(5.604)	(4.462)
Adições líquidas	1.221	(1.142)
Saldo no final do exercício	(4.383)	(5.604)

8 Impostos a recuperar e a pagar

A composição dos tributos a recuperar e a pagar é composta pelos seguintes tributos:

a. Impostos a recuperar

	2023	2022
ICMS	6.281	17.627
INSS	487	447
IPI	2.614	7.050
PIS e COFINS	12	5.996
IRPJ e CSLL	9	-
Total dos impostos a recuperar	9.403	31.120
Circulante	9.403	30.993
Não circulante	-	127

b. Impostos e contribuições a pagar

	2023	2022
ICMS	(15.804)	(4.016)
IPI		(147)
IRRF	(182)	(202)
ISSQN	(17)	(13)
PIS e COFINS	(6.952)	(821)
Total dos impostos a pagar	(22.955)	(5.199)

Circulante	(21.349)	(4.659)
Não circulante	(1.606)	(540)

O ICMS-ST não compõe a base de cálculo da contribuição ao PIS e a Cofins devida pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária. Por unanimidade de votos, essa foi a tese aprovada pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, de dezembro de 2023. A Companhia possui processo sobre esse tema, e aguarda a sua definição para reconhecimento de tais créditos. O montante está sendo apurado pela Companhia.

9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está descrita a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(45.103)	22.995
Alíquota de IR e CS	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Tributos calculados com base nas alíquotas vigentes	<u>15.335</u>	<u>(7.818)</u>
Variação monetária indêbitos fiscais	2.285	7.948
Incentivo fiscal de ICMS	60.662	39.867
Despesas não dedutíveis	(3.338)	(1.947)
Juros sobre o capital próprio	-	816
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituído	(74.431)	(46.578)
Reversões de ativos diferidos de exercícios anteriores	-	(13.231)
Ganho tributário de atualização Selic sobre indêbitos tributários	-	8.998
Ganho tributário de exclusão do crédito presumido de ICMS da base	-	79.546
Outros adições (exclusões) líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>513</u>	<u>67.601</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	88.544
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>513</u>	<u>(20.943)</u>
Total	<u>513</u>	<u>67.601</u>

Processo de inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic

Em 2022, a Companhia registrou em seu ativo o ganho relacionado ao processo judicial transitado em julgado vinculado à inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic recebidos em razão da repetição de indébito tributário (RE 1.063.187 – Tema 962), onde a contabilização ocorreu apenas em 2022 (embora a Companhia tenha tido ciência acerca da decisão do Supremo Tribunal Federal ainda em 2021). Em 2022, foram reconhecidos o valor do principal de R\$ 8.998 lançado na conta de “imposto de renda e contribuição social corrente”, sob esse montante, mais a atualização monetária de R\$ 1.366 reconhecido em resultado financeiro, incidindo honorários advocatícios de R\$ 341 classificados na linha de “outros ganhos e perdas”.

Processo de exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL

Em março de 2022 a Companhia obteve êxito com trânsito em julgado em processo que julgou procedente o direito de reconhecer a exclusão das receitas decorrentes do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL, essa decisão retroagiu até agosto de 2013 e esse novo tratamento da base gerou o montante de R\$ 79.546 de principal, e à esse valor foi aplicada a atualização monetária de R\$ 19.980, sendo reconhecido em resultado financeiro.

Adicionalmente, foi provisionado R\$ 9.200 de honorários que serão pagos conforme compensação do tributo, classificados na linha de “outros ganhos e perdas”. Vale destacar que essa compensação já iniciou e até o exercício findo de em 31 de dezembro de 2022 montante de R\$ 15.633 já havia sido compensado com outros tributos federais.

A composição dos saldo vinculado ao imposto de renda e contribuição social a receber para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado na nota abaixo.

	2023	2022
Créditos de impostos retidos ou pagos a maior	1.468	3.162
Exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL	19	83.893
Inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre à taxa Selic	-	10.364
Total	1.487	97.419

Importante mencionar, que por conta desse processo ganho em 2022, a referida exclusão dos créditos mencionada acima, leva a Companhia a apresentar prejuízo fiscal no montante de R\$ 222.027 para o exercício findo em 2023 (R\$ 136.994 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Nesse contexto e considerando que com o crescimento de faturamento haverá também o crescimento do crédito presumido, a Companhia não projeta lucro tributável para os próximos anos, por esse motivo os impostos de renda diferidos ativos foram reconhecidos para o exercício findo de 2023 até o limite de 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo conforme está demonstrado na nota abaixo.

b. Tributos diferidos

A composição dos tributos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 referem-se a:

	2023		2022	
	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda
Ajuste a valor presente em fornecedores	(15.510)	(15.510)	(17.665)	(17.665)
Total Passivo Diferido	(15.510)	(15.510)	(17.665)	(17.665)
Base - diferenças temporárias	(15.510)	(15.510)	(17.665)	(17.665)
Alíquota vigente	9%	25%	9%	25%
Tributo diferido	(977)	(2.714)	(1.590)	(4.416)
Compensação legal	30%	30%	30%	30%
Total de imposto de renda e contribuição social diferido Passivo	(3.691)	(4.204)	(4.204)	(4.204)

10 Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia se concentra basicamente em equipamentos necessários para sua operação logística e de tecnologia, há ainda os investimentos realizados nas filiais para adequação das lojas no modelo Dufrio que fica alocado nas benfeitorias em imóveis de terceiros.

	Terrenos	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Instalações	Imobilização em andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo										
Em 1º de janeiro de 2022	164	1.306	12.481	10.798	32.346	11.575	604	7.715	17.459	94.448
Adições	-	-	1.854	4.187	2.380	3.784	50	1.618	4.471	18.344
Baixas	-	-	(114)	(731)	(1.216)	(178)	(47)	-	(367)	(2.653)
Transferências (i)	-	-	2.909	1.275	26	706	97	(7.437)	2.620	197
Saldo em 31/12/2022	164	1.306	17.130	15.529	33.536	15.887	705	1.896	24.183	110.336
Adições	-	-	3.411	2.747	1.355	2.497	-	5.802	1.434	17.246
Baixas	-	-	(11)	(3)	(1.760)	(797)	-	(124)	-	(2.695)
Transferências	-	-	74	48	-	101	-	(4.663)	4.440	-
Saldo em 31/12/2023	164	1.306	20.604	18.321	33.131	17.688	705	2.911	30.057	124.887
Depreciação										
Em 1º de janeiro de 2022	-	(527)	(5.092)	(2.165)	(5.750)	(6.803)	(144)	-	(1.555)	(22.036)
Adições	-	-	(1.410)	(1.363)	(3.729)	(1.974)	(79)	-	(851)	(9.405)
Baixas	-	-	23	152	849	101	12	-	38	1.175
Saldo em 31/12/2022	-	(527)	(6.479)	(3.376)	(8.629)	(8.676)	(210)	-	(2.368)	(30.265)
Adições	-	(35)	(1.730)	(1.733)	(3.879)	(2.436)	(71)	-	(1.061)	(10.945)
Baixas	-	-	8	1	842	517	-	-	-	(1.368)
Saldo em 31/12/2023	-	(562)	(8.201)	(5.108)	(11.666)	(10.595)	(281)	-	(3.429)	(39.842)
Valor residual líquido										
Saldo em 31/12/2022	164	779	10.651	12.153	24.907	7.211	494	1.896	21.815	80.071
Saldo em 31/12/2023	164	744	12.402	13.213	21.465	7.093	424	2.911	26.629	85.045

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de *impairment*, no mínimo, anualmente sendo que para 31 de dezembro de 2023, a administração não identificou a existência desse indicativo que possa resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos, tampouco identificou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.

- (i) Valor transferindo entre grupo ativo imobilizado e ativo intangível. Reclassificação entre as contas.

11 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia são basicamente compostos pelas aquisições de licenças de programas destinadas às suas atividades operacionais. O valor elevado que encontramos no intangível em andamento nos exercícios de 2022 e 2023 estão relacionados à implantação do novo ERP da Companhia Microsoft 365 (em substituição ao Microsoft AX 2012), que teve seu Go-Live realizado em abril e maio desse exercício. Espera-se com essa troca que a Companhia tenha mais agilidade nos processos internos, além de facilitar conexões com outras ferramentas de mercado por rodar na nuvem permitindo dar ao sistema a dinâmica necessária para dar maior segurança e sustentar seu crescimento.

	Marcas e patentes	Software	Intangível em andamento	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2022	16	7.431	3.428	10.875
Adições	-	439	7.081	7.520
Baixas	-	(109)	(1.463)	(1.572)
Transferência de imobilizado	-	824	(1.021)	(197)
Saldo em 31/12/2022	16	8.585	8.025	16.626
Adições	-	186	9.992	10.178
Baixas	-	(1.392)	(114)	(1.506)
Transferência de imobilizado	-	17.759	(17.759)	-
Saldo em 31/12/2023	16	25.138	144	25.298
Amortização				
Em 1º de janeiro de 2022	-	(6.230)	-	(6.230)
Adições	-	(610)	-	(610)
Baixas	-	33	-	33
Saldo em 31/12/2022	-	(6.807)	-	(6.807)
Adições	-	(1.590)	-	(1.590)
Baixas	-	504	-	504
Saldo em 31/12/2023	-	(7.893)	-	(7.893)
Valor residual líquido				
Saldo em 31/12/2022	16	1.778	8.026	9.820
Saldo em 31/12/2023	16	17.245	144	17.405

12 Arrendamento - Direito de uso

A movimentação dos ativos de direito de uso está abaixo apresentada.

	2023	2022
Saldo inicial	97.959	84.347
Novos contratos	11.801	22.998
Reajustes contratuais	(7.008)	19.381
Contratos encerrados	(2.411)	(7.000)
Depreciação	(23.503)	(21.767)
Saldo final	76.838	97.959

A movimentação dos passivos de arrendamento no exercício de 2023 e 2022 está abaixo apresentada.

	2023	2022
Saldo inicial	105.495	89.116
Novos contratos	11.802	22.997
Reajustes contratuais	(7.008)	19.380
Contratos encerrados	(2.605)	(7.423)
Juros reconhecidos	12.357	10.405
Pagamento de juros	(12.357)	(10.405)
Pagamento de principal	(20.359)	(18.575)
	<hr/>	<hr/>
Total	87.325	105.495
	<hr/>	<hr/>
Circulante	19.517	20.151
	<hr/>	<hr/>
Não circulante	67.808	85.344

Os valores reconhecidos no resultado do período decorrentes da aplicação norma estão apresentados nas notas explicativas 18 - Despesas por natureza e nota explicativa 20 - Resultado financeiro.

Os valores apresentados na nota de despesas por natureza como despesas de aluguel são despesas de arrendamento classificadas como isenções da norma. A despesa corrente total com arrendamentos considerados isentos à norma totalizou R\$ 1.507 (R\$ 2.087 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia não possui contratos de subarrendamento e transações de retroarrendamento.

13 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	430.939	427.467
Contas a pagar	10.589	2.302
Fretes a pagar	4.494	1.431
Partes relacionadas (nota 21)	49.883	27.262
Ajuste a valor presente	(15.510)	(17.665)
	<hr/>	<hr/>
Total	480.395	440.797

Os fornecedores nacionais são compostos pelas compras realizadas para manutenção de seu estoque, já as contas e fretes a pagar são as despesas de curto prazo girando em média 45 dias para o pagamento.

A movimentação do ajuste a valor presente é assim demonstrada:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	17.665	14.679
Adições/ reversões	(2.155)	2.986
	<hr/>	<hr/>
Saldo no final do exercício	15.510	17.665

14 Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos contraídos pela Companhia são divididos nas modalidades abaixo:

Contratos financeiros	Moeda	Indexador	Encargos financeiros a.a.	2023		2022	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro	EUR	Sofr+ CDI	2,16% a 2,39%	-	-	53.974	-
Capital de giro	USD	Sofr+ CDI	2,98% a 4,42%	29.314	-	65.165	-
Capital de giro	USD	n.a.	7,45% a 9,11%	34.613	-	-	-
Capital de giro	BRL	CDI	2,20% a 5,27%	76.597	40.163	126.900	29.693
Debêntures	BRL	CDI	2,50%	25.577	69.388	-	101.403
Certificado de recebíveis imobiliários	BRL	CDI	2,00%	7.205	92.491	-	100.858
Risco sacado	BRL	n.a.	1,40% a 1,45%	40.741	-	121.917	-
				214.047	202.042	367.956	231.954

No ano de 2023, a Companhia captou R\$ 561.543 em novos empréstimos e liquidou R\$813.559 com o intuito de aproveitar melhor linhas de crédito mais favoráveis e ainda reduzir a despesa com juros visando melhorar o resultado financeiro da Companhia.

A companhia possui cartas de crédito a importação no montante de R\$ XXX em 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 a Companhia fez a contratação de dívidas através de debêntures e certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) com o objetivo de alongar sua dívida, essas contratações trouxeram consigo cláusulas restritivas (“covenants”) vinculadas à performance (relação de dívida líquida/EBITDA em índice não superior à 3,5 vezes para o exercício) e à distribuição de dividendos ao acionista não ser superior à 30% do resultado do exercício antes de qualquer destinação, para essa segunda cláusula restritiva a Companhia requisitou um “waiver” em 2023 junto às instituições financeiras e obteve o “de acordo” desde que cumprisse o requisito de aumentar o capital em limite igual ou superior aos dividendos distribuídos, motivo pelo qual observamos além do aumento de capital de R\$ 64.821 ocorrido em junho de 2023 um aumento adicional de R\$ 50.000 em dezembro de 2023 com origem no saldo de reservas de lucro. Em relação à performance, a redação de composição do EBITDA traz consigo a inclusão do resultado financeiro cabível à operação da Companhia, tal como descontos concedidos e juros recebidos de clientes e descontos recebidos de fornecedores e a exclusão de outros ganhos e perdas na avaliação de ativos, desde que sem efeito caixa, tendo atingido esse objetivo ao final do exercício de 2023.

Adicionalmente, há ainda um contrato adicional anterior à emissão das contratações de longo prazo que previa em suas cláusulas restritivas que a relação dívida líquida/EBITDA não se apresentasse em índice superior a 2,5 vezes para o exercício, Esse acordo por sua vez, considera como dívida apenas às dívidas bancárias (bilaterais), ou seja, sem considerar as operações com risco sacado. Destaca-se também que, considerando a métrica do cálculo prevista, o índice real da Companhia ficou dentro dos limites estabelecidos.

Adicionalmente, os empréstimos vinculados ao contrato das debêntures estão garantidos por

alienação fiduciária de duplicatas a receber que somaram a quantia de R\$ 20.333 e possui cartas de crédito a importação no montante de R\$ 94.465 para o exercício findo em 2023.

Composição por vencimento dos empréstimos classificados no não circulante:

	2023
2025	50.456
2026	65.292
2027	60.468
2028	25.826
Total	202.042

15 Provisões para litígios e depósitos judiciais

a. Provisão para litígio

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

	Provisão para litígios		Depósitos judiciais	
	2023	2022	2023	2022
Cível	189	294	-	-
Trabalhista	1.179	1.161	193	222
Tributário	-	206	16.691	44.005
Total	1.368	1.661	16.884	44.227

Os processos nos quais a Companhia é parte integrante podem ser divididos da seguinte forma:

- Cíveis - processos referentes a relação de consumo, principalmente, procedimento administrativo lavrado por representação do INMETRO e ainda processos vinculados às vendas via E-commerce.
- Trabalhistas - referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o artigo 62 da CLT que trata de atividade externa.
- Tributário - referem-se a provisões de riscos previdenciários e também relacionados à uma ação de mandado de segurança visando o reconhecimento do direito a não mais se submeter a exigência de recolhimento do Diferencial de Alíquota de ICMS incidente sobre operações interestaduais envolvendo mercadorias destinadas a consumidores finais não-contribuintes situados neste Estado. No total a Companhia possui 11 ações propostas nos seguintes estados: PR, RN, BA, PI, RS, PE, SC, CE, MG, RJ e SP, no total já foram depositados em juízo R\$ 60.524 sendo que desses já obtivemos êxito parcial nos seguintes estados RS, SP e MG com o valor de R\$ 17.186 já devolvido à Companhia. Vale mencionar que a variação no saldo dos depósitos judiciais ocorreu pois a Companhia optou por levar ao resultado os valores depositados em juízo referentes ao processo da Inconstitucionalidade do ICMS Difal do

exercício de 2022, pelo fato de haver sinalização de conclusão dessa discussão em favor dos Estados, permanecendo ainda em discussão apenas os valores depositados relacionados aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. O valor de baixa vinculado à essa perda foi de R\$ 30.976

Segue abaixo a movimentação das contas de provisão:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	1.661	34.454
Adições	18	182
Recuperações/realizações	(311)	(32.975)
Saldo no final do exercício	<u>1.368</u>	<u>1.661</u>

A Companhia tem ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante estimado dos riscos trabalhistas classificados como possíveis é de R\$3.779 (R\$2.418 em 31 de dezembro de 2022), causas possíveis para cíveis é de R\$ 1.019 (mesmo valor de risco apontado em 31 de dezembro de 2022) e causas possíveis para riscos tributários é de R\$ 12.834 (não havia valor estimado para 31 de dezembro de 2022).

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Ao longo do exercício de 2023 a Companhia efetuou dois aumentos de capital, o primeiro no valor de R\$ 64.821 que ocorreu em 12 de abril de 2023 e outro no valor de R\$ 50.000 em 21 de dezembro de 2023. Ambos aumentos foram realizados com recursos oriundos do saldo das reservas de lucros da Companhia. Assim, em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$150.000, composto por 150.000.00 quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real), totalmente subscritas e integralizadas.

O capital social, desde que totalmente integralizado, poderá ser aumentado por deliberação de assembleia de acionistas ou em reunião de sócios, em que serão definidos os termos e condições do aumento de capital, será fixado o prazo de até 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, e convocada a assembleia geral extraordinária ou a reunião de sócios para aprovar a correspondente alteração no estatuto social.

b. Reserva legal

Em função do prejuízo do exercício, o saldo de R\$ 4.530 foi integralmente absorvido e encontra-se zerado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

c. Reserva de lucros

Reserva de lucros

O saldo de R\$ 173.712, oriundo dos resultados de exercícios anteriores foram totalmente consumido no exercício 2023, parte em virtude dos dois aumentos de capital que a Companhia realizou em 2023, que somou R\$ 114.821 e o restante em função do prejuízo registrado no exercício. Para o exercício findo em 2023 esse saldo encontra-se zerado.

Reserva de incentivos fiscais

Em função do prejuízo do exercício, o saldo de R\$ 2.570 foi integralmente consumido e encontra-se zerado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

d. Distribuição de lucros

Em 2023, foi distribuído aos acionistas R\$ 38.780 (sendo R\$ 38.780 de dividendos) com origem nas reservas de lucro de resultados anteriores ao exercício. Adicionalmente foi distribuído de forma complementar o dividendo aprovado em Assembleia Geral referente ao exercício de 2022 que ainda não havia sido destinado ao acionista no valor de R\$ 1.643 somando um total de distribuição de R\$ 40.423 (R\$31.709 em 31 de dezembro de 2022).

17 Receita líquida de vendas

É demonstrada a seguir a reconciliação entre a receita bruta e líquida:

	2023	2022
Receita bruta de vendas de mercadorias	2.432.218	2.267.526
Receita bruta de produtos	302.043	331.292
Receita bruta de vendas serviços	777	50
Devolução de vendas	(64.692)	(62.702)
Impostos sobre a venda	(488.650)	(410.755)
Ajuste a valor presente	(60.045)	(58.825)
Receita operacional líquida	2.121.651	2.066.586

As receitas da Companhia advém de vendas substancialmente para mercado interno.

18 Despesas por natureza

	2023	2022
Despesas classificadas por função:		
Custos das mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados (i)	(1.609.353)	(1.562.828)
Despesas comerciais	(216.621)	(190.128)
Despesas administrativas	(159.176)	(163.260)
	(1.985.150)	(1.916.216)
Depreciação e amortização	(12.534)	(10.014)
Depreciação ativo direitos de uso	(23.503)	(21.767)
Despesa com pessoal	(182.540)	(169.021)
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.609.353)	(1.562.828)
Honorários da administração	(4.608)	(4.176)
Demais despesas operacionais	(152.612)	(148.410)
	(1.985.150)	(1.916.216)

- (i) O impacto dos rebates no custo da mercadoria vendida foi positivo no valor de R\$ 22.945 (R\$ 39.628 em 31 de dezembro de 2022) desses R\$ 4.083 ainda não havia sido recebido em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.306 em 31 de dezembro de 2022) e encontra-se em aberto na linha de “demais contas a receber” no balanço patrimonial apresentado.

19 Outras receitas/despesas operacionais

	2023	2022
Perdas na alienação e baixa do imobilizado	(626)	556
Recuperação de créditos tributários	-	1.949
Resultado com venda de sucata	(1.827)	(1.408)
Reversão depósitos judiciais do ICMS Difal de 2022	(30.976)	-
Honorários referentes a ganhos tributários não recorrentes (i)	-	(9.541)
Outros ganhos ou perdas	(7.483)	(4.146)
Saídas em bonificação	(934)	(866)
	(41.846)	(13.456)
Total	(41.846)	(13.456)

(i) Honorários referentes aos ganhos tributários explicados na nota 9a

20 Resultado Financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Variação monetária ativa (i)	6.957	27.468
Juros ativos sobre clientes e mútuo	7.606	5.120
Descontos recebidos	156	277
Ajuste a valor presente clientes	58.580	60.240
	6.221	4.535
Variação cambial sobre empréstimos	6.221	4.535
Juros sobre aplicações financeiras	1.765	3.413
	81.285	101.053
Despesas financeiras:		
Juros passivos sobre empréstimos	(69.865)	(47.811)
Despesa com adm de cartões de crédito	(20.088)	(21.289)
Instrumentos financeiros - swap	(10.391)	(18.192)
Operações comprar/vendor	(2.559)	(4.470)
Demais despesas com juros	(1.211)	(905)
Descontos concedidos	(136)	(172)
IOF	(1.669)	(2.001)
Despesas bancárias	(1.194)	(1.146)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(977)	(1.687)
Despesas com financiamentos	(258)	(43)
Juros sobre arrendamento - direito de uso	(12.357)	(10.405)
Ajuste a valor presente fornecedores	(68.025)	(56.853)
Juros antecipação de recebíveis de <i>marketplaces</i>	(10.952)	(26.441)
Juros sobre risco sacado	(4.550)	(18.468)
Outras despesas financeiras	(5.733)	(2.166)
	(209.965)	(212.049)
Resultado financeiro líquido	(128.680)	(110.996)

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa anterior no rodapé “i”, no exercício de 2021 foi registrado o ganho referente ao processo tributário que trata da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS o impacto da atualização monetária desse ganho está refletido nos R\$ 6.957 para o exercício findo em 2023 e R\$ 27.721 para o exercício findo em 2022.

21 Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas com as seguintes Companhias:

- Hulter Indústria e Comércio de Peças para Refrigeração Ltda.: Empresa que atua na produção de peças com origem na indústria metal-mecânica para o mercado de refrigeração, climatização (HVAC) e ferramentas.
- Defrio Comércio de Gases Ltda.: Empresa que atua na importação de produtos químicos e petroquímicos por conta e ordem da Dufrio;
- Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.: Instituição financeira que busca promover e facilitar o acesso dos clientes da Dufrio à linhas de crédito específicas além de outros produtos financeiros disponíveis para o público externo.
- Fazendas Valverde Agropecuária Ltda: é constituída por terras nuas para cultivo de grãos através do formato de parceria com os produtores rurais dos acionistas (pessoa física), ela conta ainda com veículos para o transporte dos grãos, desde a colheita até os silos e ainda no transporte rodoviário quando da venda dos grãos para terceiros.
- Friomaster Participações S.A: Holding da Refrigeração Dufrio Comércio e Importação S/A sendo uma Companhia de capital fechado que tem como objeto social a atividade de administrar os bens próprios da sociedade além de possuir participação de 100% do controle das empresas acima mencionadas “Hulter” e “Defrio”.

Os saldos em aberto da Companhia é apresentada na tabela a seguir:

	2023	2022
Ativo		
Ressarcimento Dufrio Financeira	73	1.090
Ressarcimento Hulter Indústria de Peças	-	1.363
	<u>73</u>	<u>2.453</u>
Passivo		
Dividendos e JCP a pagar - Friomaster	(13.714)	-
Fornecedores – Dufrio Financeira	(23)	(659)
Fornecedores – Defrio	(41.204)	(25.181)
Fornecedores – Hulter	(8.656)	(1.422)
	<u>(63.597)</u>	<u>(27.262)</u>
Resultado		
Faturamento – produtos Hulter	7.459	43.535
CMV - compras – produtos Hulter	7.312	(30.141)
CMV - compras – Serviços Defrio	230	(147)
Ressarcimento de despesas administrativas Hulter	1.442	1.363
Ressarcimento de despesas administrativas Dufrio Financeira	1.363	1.090
	<u>17.806</u>	<u>15.700</u>

A Companhia possui títulos a pagar junto a parte relacionada Defrio Comercial de Gases Ltda. em virtude de importações por conta e ordem que realiza por seu intermédio.

a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui somente os administradores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2023	2022
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados e despesas com assistência médica)	3.840	3.480
Seguridade social	<u>768</u>	<u>696</u>
Total	<u>4.608</u>	<u>4.176</u>

Exceto pelo pró-labore, a Companhia não pagou as suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de (i) benefícios de longo prazo; (ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iii) remuneração baseada em ações. Estes montantes estão contabilizados no resultado do exercício, na rubrica de “Honorários da Administração”.